



Chrystello*

Regressem as tradições que deixamos morrer

Sei que tenho sido muito vocal (solidário e solitário com o PAN e BE) na minha campanha contra a pirotecnia ruidosa e as touradas, pelo que dou o braço a torcer e começo agora uma campanha para trazer de volta as tradições, que não soubemos manter e assim as deixamos morrer.

1. A noite de núpcias pública

Os casamentos medievais não tinham paralelo com os atuais. A idade normal dos cônjuges era entre 12 e 15 anos, a sair da infância e iniciar a adolescência. Os casamentos não eram celebrados por amor, mas por interesses comuns, como a união de terras ou a obtenção de maior proteção social. E nas noites de núpcias, familiares e amigos levavam os noivos para a cama (para colocá-los na cama, diziam então) e ficavam no quarto até a consumação do casamento. Recordemos que somente quando consumado existe um casamento verdadeiro, portanto, se o noivo não pudesse fazê-lo diante dos presentes, era considerado impotente e o casamento poderia ser dissolvido.



2. A Inquisição e a queima de bruxas

Todos nós já vimos um filme em que nos contam como a Inquisição queimou mulheres com a fábria de terem praticado feitiçaria. Bem, não foi nada disso. A Inquisição foi uma instituição religiosa instituída para perseguir a heresia e apenas os hereges reincidentes (aqueles que reincidiram no erro que haviam abjurado) foram entregues à justiça civil para execução.



Seria já na Idade Moderna que a Inquisição perseguia a feitiçaria, queimando 59 em Espanha, 4 em Portugal e 36 em Itália. Nada a ver com as 100.000 mulheres assassinadas pelos luteranos acusadas de feitiçaria ou as 50.000 assassinadas pelos calvinistas, especialmente durante a Guerra dos 30 Anos. Mas isso é outra história. Devemos voltar a queimar bruxas que nascem sem controlo há décadas.

3. A Monarquia era tradição milenar em Portugal e acabou

A abolição da monarquia envolve o fim de elementos monárquicos na governança de várias maneiras, incluindo a abdicação, extinção, reforma legislativa, revolução, golpe de estado ou descolonização. A abolição

tornou-se mais frequente no século XX, com o número de monarquias na Europa caindo de 22 para 12 entre 1914 e 2015, e o número de repúblicas subindo de 4 para 34. No século XXI, muitas monarquias abrigam significativos movimentos republicanos, como Espanha e Austrália, ou não são fortemente apoiadas pela população em geral. Desde o início do século XX, a restauração da monarquia tem sido rara, Espanha em 1975, a reintegração de 1991 do Emir do Kuwait após a abolição de 1990 e a Guerra do Golfo; e a transição de 1993 do Camboja de uma república marxista-leninista para uma monarquia eletiva. Como se tem visto, nestas últimas décadas, no aumento do absentismo e no descontentamento generalizado dos eleitores, o melhor é cancelar a democracia e trazer essa velha tradição portuguesa da monarquia.

4. Vamos trazer de volta o bom feudalismo que durou séculos em Portugal

Com as crescentes crises e guerras, seria altura de voltar a tratar de plantar e cultivar os campos desertos ou convertidos em pastagem para vacas. Com o RIS (rendimento de inserção social) e outros apoios não há quem se queira dedicar a tratar das terras sem cultivo, pelo que devemos ir buscar essa tradição medieval da Europa ocidental em que a sociedade foi organizada em um regime feudal de posse de terras e relações de subordinação. As terras eram possuídas por “senhores feudais” (reis ou nobres, logo agora que vamos trazer a tradição da monarquia) que cediam porções delas (chamadas “feudos”) a seus vassallos em troca de lealdade e prestações militares. As terras eram trabalhadas por camponeses quase em escravidão, no que se chamou de feudalismo. Esta sociedade era fundamentalmente rural e era sustentada ideologicamente pela igreja (cujos clérigos também podiam ser senhores feudais). A ideologia eclesiástica afirmava que a diferença entre os três níveis da sociedade medieval tinha sido determinada por Deus: o clero tinha a função de orar, a nobreza tinha a função de lutar e os servos e outros setores populares do campo e da cidade tinham a função de trabalhar.

5. E que tal fazer regressar o direito da primeira noite?

Direito da primeira noite (latim: *jus primaenocit*), direito do senhor ou direito da pernada, refere-se a uma suposta instituição que teria vigorado na Idade Média e que permitiria ao senhor feudal, no âmbito de seus domínios, desvirginar uma noiva na sua noite de núpcias.

Na Europa, existiu um direito feudal que obrigava o noivo a pagar moedas ao seu senhor, quando a noiva era oriunda de outro feudo. Na apresentação da peça músico-teatral *As primícias*, o dramaturgo brasileiro Dias Gomes diz que em alguns países, como a França, essa instituição chegou até a Revolução de 1789, e que na Sicília (Itália), teria sobrevivido até meados do século XIX.

No Brasil Colonial, os abusos da escravatura deixam imaginar que semelhante direito possa ter existido, em proveito dos senhores de engenho e grandes proprietários, de uma forma “oficiosa” e na maioria dos casos, o senhor não esperava pela boda.

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício nº 297713

Câmara Municipal de Ponta Delgada aposta em medidas para tornar as zonas balneares mais acessíveis

A Câmara Municipal de Ponta Delgada fez um investimento de perto de 10 mil euros na compra de três cadeiras de rodas anfíbias, que visam facilitar o acesso ao areal e água das zonas balneares, a pessoas com mobilidade reduzida.

Com dois braços flutuantes e rodas largas que promovem o movimento em qualquer tipo de superfície, estes novos equipamentos vão estar dispo-

níveis na Praia das Milícias, em São Roque e nos Poços de São Vicente Ferreira.

Para além destas aquisições, e na sequência da candidatura do Município de Ponta Delgada ao programa “Praia Saudável 2024”, uma quarta cadeira será disponibilizada.

A iniciativa resulta um protocolo de cooperação entre a Fundação Vodafo, a Autoridade Marítima Na-

cional, a Associação Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e a Associação Bandeira Azul da Europa.

O programa “Praia Saudável” tem, entre outros, o objectivo de aumentar a segurança nas praias e melhorar as acessibilidades para pessoas com necessidades especiais.

Na época balnear de 2024, e também com vista à inclusão, a autarquia

vai, pela primeira vez, hastear bandeiras de sinalização do estado do mar adequadas para daltónicos.

Recorde-se que, por cumprirem com as condições e infra-estruturas necessárias para garantir o seu bom usufruto por todas as pessoas, a Praia das Milícias e os Poços de São Vicente Ferreira foram, este ano, novamente distinguidas com o galardão de “Praia Acessível”.